

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.770 - SP (2019/0328702-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : MARIA CLARA GUALTIERI SANCHES - POR SI E REPRESENTANDO  
**RECORRENTE** : DARCIO LEITE SANCHES - ESPÓLIO  
**ADVOGADOS** : DANIEL GONTIJO MAGALHÃES - SP172327  
VALÉRIA APARECIDA DE SOUZA - SP357014  
MARCELA DE SIMAS - SC051983  
**RECORRIDO** : FORTUNE LINE TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA  
**ADVOGADO** : HAILTON RIBEIRO DA SILVA FILHO - SP138203

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. 1. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 2. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SÓCIO MINORITÁRIO. INDIFERENÇA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 3. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 4. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 DO STF E 211 DO STJ. 5. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO OCORRÊNCIA. 6. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 7. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Na origem, Maria Clara Gualtieri Sanches – por si e representando – e espólio de Dárcio Leite Sanches interpuseram agravo de instrumento decorrente de decisão que, no incidente de desconconsideração de Daniele & Sanches Indústria e Comércio Ltda., instaurado nos autos da execução de título extrajudicial movida por Fortune Line Transportes Internacionais Ltda., deferiu o pedido de tutela de urgência, a fim de determinar o arresto de bens e valores suficientes para a satisfação da execução referente ao espólio de Dárcio Leite Sanches, a qual tramita perante a 2ª Vara de Família e Sucessões.

No julgamento do agravo de instrumento, a Primeira Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 223):

AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE NOS AUTOS DE INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ACOLHEU PRETENSÃO DA AGRAVADA PARA DETERMINAR O ARRESTO DOS BENS PARTICULARES DOS AGRAVANTES.

INSUBSISTÊNCIA DA ALEGAÇÃO DOS AGRAVANTES. HÁ NOTÍCIA DE DECRETAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA EM OUTRA AÇÃO, COM DECISÃO CONFIRMADA POR ACÓRDÃO DESTE TRIBUNAL.

COMO BEM OBSERVADO NESTA DECISÃO AGRAVADA, OS AGRAVANTES NÃO SOBERAM EXPLICAR O DESTINO DA CESSÃO DOS DIREITOS DA MARCA 'INFANTI', AVALIADA EM R\$ 16.000.000,00, LEGITIMANDO A PRESUNÇÃO DE CONFUSÃO PATRIMONIAL.

RECURSO IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 324-326).

Em suas razões, os recorrentes, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegam, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 50 e 1.052 do CC/2002; e 134, § 4º, do CPC/2015, com base nos seguintes argumentos: **a)** nos autos do incidente de personalidade jurídica, ficou demonstrado que a desconsideração não poderia recair sobre os bens do espólio, muito menos sobre os bens da viúva, na medida em que esta jamais participou de ato de gestão da empresa Daniele & Sanches Indústria e Comércio Ltda., sendo mera cotista e detentora de apenas 1% do capital social; **b)** em nenhum momento foi provado qualquer ato fraudulento ou ardiloso que pudesse ser imputado ao *de cujus* ou à viúva; **c)** não há previsão legal no sentido de afastar a limitação da responsabilização patrimonial dos sócios, quando este for minoritário e não tiver exercido poder de gerência, administração ou extraído alguma participação nos lucros da sociedade; **d)** ainda que reconhecida a desconsideração da personalidade jurídica, a penhora deve ser limitada às cotas sociais dos sócios; e **e)** no caso, não foram preenchidos os requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica previstos no art. 50 do Código Civil.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 330-345), nas quais a parte recorrida pede a condenação dos recorrentes ao pagamento de multa prevista nos arts. 80 e 81 do CPC/2015, assim como à majoração dos honorários recursais previstos no art. 85, § 11, do mesmo Código processualista.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O processamento do apelo especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 346-348).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, o Tribunal de Justiça, ao julgar o agravo de instrumento, asseverou o seguinte (e-STJ, fl. 226 - sem grifo no original):

As alegações dos agravantes não se sustentam nos fatos.

A viúva, Maria Clara Gualtieri Sanches participou do contrato social da DANIELE & SANCHES COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. em igualdade de condições com Dárcio Leite Sanches, sendo que alteração registrada na JUCESP noticiava a exclusão da expressão de fantasia “Infantia” em 30.7.2015 (fls. 100/104 dos autos da desconsideração da personalidade jurídica).

Também é fato que na ação de cobrança, em fase de cumprimento de sentença, movida por HAND LINE TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA., em curso perante a 1ª Vara Cível de Santos, foi desconsiderada a personalidade jurídica da DANIELE & SANCHES, cuja decisão foi mantida no agravo de instrumento nº 2088319-17.2017.8.26.0000, da relatoria do Desembargador Hélio Faria, em acórdão datado de 15.8.2017.

**Ademais, como bem observou a agravada, os agravantes não contestaram a alegação de cessão dos direitos da marca 'Infanti' para a Dorel Juvenile (Dorel Industries Inc. fls. 45/48) por R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) tampouco se dispuseram a comprovar o ingresso do numerário na contabilidade da executada de acordo com a tramitação exigida pelas normas contábeis-fiscais.**

Tais circunstâncias, somadas àquelas já mencionadas pela decisão e provada nos autos, são suficientes para negar provimento ao recurso das agravantes, mantendo a decisão de primeiro grau por seus próprios fundamentos.

Desse modo, atentando-se aos argumentos trazidos pelos insurgentes e aos fundamentos (acima destacados) adotados pela Corte estadual, verifica-se que estes não foram objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial. Assim, a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Quanto à legalidade da desconsideração da personalidade jurídica, insta salientar que, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, não há distinção entre os

sócios da sociedade empresária no que diz respeito à *disregard doctrine*, de forma que todos eles serão alcançados.

A propósito:

RECURSOS ESPECIAIS. MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. AFRONTA AO ARTIGO 535 DO CPC. INOBSERVÂNCIA. DANOS MORAIS COLETIVOS. CABIMENTO. RAMIRES TOSATTI JÚNIOR. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. DESCABIMENTO. LIMITAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA AOS SÓCIOS QUE EXERCEM CARGO DE GERÊNCIA OU ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA. IMPOSSIBILIDADE. MULTA. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AFASTAMENTO. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

(...) 2.2. Para os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica, não há fazer distinção entre os sócios da sociedade limitada. Sejam eles gerentes, administradores ou quotistas minoritários, todos serão alcançados pela referida desconsideração.

(...)

3. Recursos parcialmente providos. (REsp 1.250.582/MG, Rel. Min. **LUIS FELIPE SALOMÃO**, Quarta Turma, julgado em 12/4/2016, DJe 31/5/2016)

No caso vertente, o acórdão recorrido asseverou, após a profunda análise do acervo probatório dos autos, que todos os elementos capazes de justificar a decretação da desconsideração da personalidade estão presentes, notadamente quanto à presunção de confusão patrimonial decorrente da cessão dos direitos da marca *Infanti*, avaliada em R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), sem que houvesse nenhuma explicação.

Desse modo, para infirmar tais conclusões, seria imprescindível o reexame de provas, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, consoante dispõe a Súmula 7/STJ.

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Acerca da alegação de ofensa ao art. 1.052 do Código Civil, em razão de a penhora ser limitada às cotas sociais de cada sócio, observa-se que, além de não ter sido apontado nas razões de embargos de declaração opostos na origem, esse tema não foi

objeto de análise e debate pelo TJSP, o que atrai o óbice das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ, não sendo também o caso de aplicação do prequestionamento ficto previsto no art. 1.025 do CPC/2015.

Quanto à pretensão da parte recorrida em aplicar a pena da litigância de má-fé, constata-se que não merece guarida, pois, conforme entendimento desta Corte, "a interposição de recursos cabíveis não implica em litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 4/12/2012).

Por fim, no que se refere à pretensão da parte ora recorrida, não é cabível a fixação de honorários recursais na espécie, porquanto o presente recurso especial foi tirado de agravo de instrumento, hipótese em que não há fixação de sucumbência no acórdão recorrido.

Diante do exposto, conheço do recurso especial para negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator